

**NESTA EDIÇÃO**

**SAÚDE PÚBLICA**

Maioria das escolas tem foco no SUS, constata pesquisa

**DOENÇA DE CHAGAS**

Viagens revelaram o Brasil como um "vasto hospital"

# RADIS

comunicação em saúde

DESDE 1982



Nº 84 ♦ Agosto de 2009

Av. Brasil, 4.036/515, Manguinhos  
Rio de Janeiro, RJ ♦ 21040-361

[www4.ensp.fiocruz.br/radis](http://www4.ensp.fiocruz.br/radis)

**Impresso Especial**

9912233515/2009-DR/RJ

Fundação  
Oswaldo Cruz

...CORREIOS...



# Povo em reconstrução

Na luta pela identidade perdida há 150 anos, xukurus resistem à perseguição implacável dos oligarcas



# Sete anos e... contando

No mês em que a *Radis* completa 7 anos cabe uma breve prestação de contas ao leitor. Lançada em agosto de 2002, a revista agregou numa só as publicações anteriores (*Súmula*, *Tema*, *Dados e Proposta*) do Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao Ministério da Saúde.

A *Radis* chega à 84ª edição com 2.468 páginas impressas, 2.500 cartas de leitores recebidas, 716 publicadas (quase 30% de aproveitamento), além de 963 notas na *Súmula*, 306 Toques da Redação, 71 entrevistas em formato pingue-pongue

(nem contamos os entrevistados para as matérias!), 516 reportagens e textos – não computados os títulos coordenados, apenas os principais. Para 2009, a previsão é de imprimirmos 312 páginas e 791.500 exemplares, contra as 284 páginas de nossos 12 primeiros meses, quando tivemos 504 mil exemplares.

Entre os próximos projetos, o aumento do número de páginas, a modernização do site e do cadastro de assinantes, novo DVD com as edições de 51 a 100. Está em construção a base de dados da *Radis*, com Descritores em Ciências da Saúde, para acesso a partir da Biblioteca Virtual em Saúde da Fiocruz (<http://bvsfiocruz.br/php/index.php?lag=pt>). Sete anos, sim, e... contando. 

# Criminalizar e punir

No Brasil, a luta por direitos sempre foi tratada como crime. Que o digam índios, escravos, camponeses, trabalhadores das cidades, moradores de periferias e favelas, mulheres... Ainda hoje, para acumular terras e poder, velhas oligarquias usam jagunços, depois os capitães do mato – polícias –, e finalmente aparecem ou enviam os filhos – como prefeitos, legisladores, promotores e juizes – para assegurar impunidade. Nossa reportagem de capa sobre saúde indígena revelou-se um registro da impressionante perseguição e injustiça contra a etnia xukuru, em Pernambuco.

O assassinato de Xicão – lendário cacique que uniu o povo xukuru nos anos 1980 e 90, para resgatar a identidade cultural e demarcar e retomar suas terras conforme a Constituição – lembra o de tantos líderes de trabalhadores rurais e, particularmente, o de Chico Mendes, morto por unir seringueiros e ambientalistas no Acre. Só que a luta por justiça dos xukurus continua invisível para a maioria dos brasileiros. Enquanto isso, as perseguições por parte de latifundiários, especuladores e, vergonhosamente, das polícias (inclusive a Federal), do Ministério Público e da Justiça não cessam. Sem desvendar o crime ocorrido há 11 anos, policiais, procuradores e juizes tropeçam em ritos de inquérito e julgamento, céleres para indiciar, prender e sentenciar dezenas de homens e mulheres, selecionados entre as principais lideranças indígenas.

Ocorre neste momento um verdadeiro escândalo em Pernambuco. Dias depois desta reportagem, a Justiça Federal do estado condenou o atual cacique Marcos Araújo e mais 30 líderes, inclusive sua

mãe, a até 10 anos de prisão, além de indenizações que somam mais de R\$ 100 mil, num processo que deveria justamente investigar os envolvidos num atentado contra o jovem cacique, no qual dois índios morreram tentando defendê-lo. Em 5 de junho, dezenas de entidades e centenas de simpatizantes da causa indígena organizaram protesto nas ruas do Recife contra o processo sistemático de criminalização dos movimentos sociais, já denunciado à Organização dos Estados Americanos.

Ministério da Saúde e Fiocruz desenvolvem projetos com os xukurus que, como a maioria das etnias indígenas, não querem as ações e a gestão de saúde nas mãos das oligarquias municipais que os desprezam. A perseguição judicial, lembra o bem articulado cacique Marquinhos, tenta deixar seu povo na defensiva e enfraquecê-lo na caminhada para reconstruir a identidade, dar sustentabilidade ao cultivo das terras recuperadas e avançar no interessante processo de educação diferenciada nas 35 escolas das 24 aldeias nos municípios de Poção e Pesqueira.

Naquele agreste verde e chuvoso despena a Serra do Ororubá, que presenciou o esquecimento das tradições, mas também a reunificação liderada por Xicão, agora “plantado” entre nascentes d’água e espécies vegetais usadas pelo pajé da tribo. Com essa inspiração, a cada ano surgem novos “guerreiros” xukurus. No forte ritmo e nas passadas do toré – dança sagrada e política silenciada por mais de um século –, os jovens entoam: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro; quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro...”

Rogério Lannes Rocha  
Coordenador do Programa RADIS

## Comunicação e Saúde

- ♦ Sete anos e... contando 2

## Editorial

- ♦ Criminalizar e punir 3

## Cartum

3

## Cartas

4

## Súmula

6

## Radis adverte

6

## Toques da Redação

7



## Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública

- ♦ Mais foco na aliança com o SUS 8



## 9ª Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá

- ♦ Sob ameaça, luta por terra e identidade 11
- ♦ Saberes solidários 16
- ♦ Caminhada com os encantados 19



## Centenário da Descoberta da Doença de Chagas (1909-2009)

- ♦ Sanitaristas ao largo 20

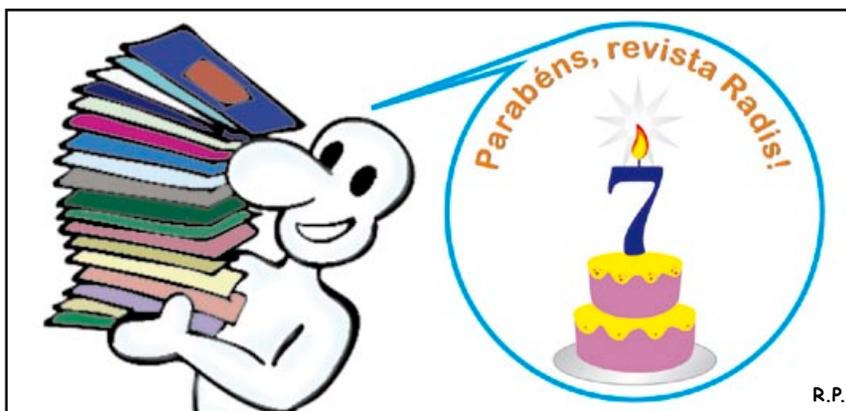
## Serviço

22

## Pós-Tudo

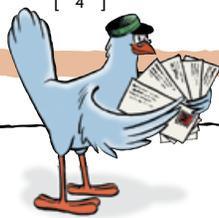
- ♦ O reencantamento da cartografia 23

## CARTUM



R.P.

Foto da capa O cacique Marquinhos e o pôster de Xicão, de Rogério Lannes  
Ilustrações Rosângela Pizzolati (R.P.) e Dayane Martins (D.M.)



## CARTAS

### ACS E ORGANIZAÇÃO

**D**esejo-lhes tudo de bom! Quero agradecer, excepcionalmente, pelo envio do número 82, devido à matéria sobre o 3º Encontro Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias.

Fico feliz pelo crescente grau de organização alcançado pelos ACSs, pois em 2003 eu me demiti da Funasa graças aos salários e às picuinhas, depois de galgar a direção do Conselho Comunitário de Saúde de São Gonçalo, na tentativa de defender os ACSs enquanto aliados da comunidade.

♦ Antônio Cabral Filho, São Gonçalo, RJ

Há uma significativa discrepância entre a importância das funções desempenhadas por agentes comunitários de saúde e combate às endemias e o valor social a eles atribuído. Além de constituírem órgãos sensoriais do SUS na identificação das carências da população (analogia feita por Antônio Garcia Reis Júnior), são instrumentos fun-

damentais das “vias eferentes” de promoção da saúde.

Grande parte das doenças manifestas na população brasileira apresenta prevalência inversamente proporcional ao nível educacional e às condições médico-sanitárias da comunidade. A política de prevenção e controle é, portanto, dependente de medidas estruturais, educativas e fiscalizadoras cujo desempenho requer, além de amor e vínculo à comunidade, dedicação por parte de gestores.

Diferente das medidas ministeriais autoincapacitantes propostas, urge implementação de política de contratação que privilegie as competências realmente importantes para o exercício da profissão, estipulação de salários dignos (e compromisso em seu pagamento) e instituição de programas de capacitação para que as intervenções dos ACSs e ACES contribuam cada vez mais efetivamente para o sucesso da Atenção Primária.

♦ Bráulio Nunes da Silva, Belo Horizonte

### CHAGAS E A EVASÃO DE CABEÇAS

**E**xcelente a chamada de capa da *Radis* nº 81, sobre os 100 anos da des-

coberta da doença de Chagas pelo renomado e respeitado pesquisador Carlos Chagas. Para nossa tristeza vivemos num país que ainda não aprendeu a reverenciar seus verdadeiros heróis. Como Chagas, outros tantos pesquisadores vivem enfurnados em laboratórios, dia e noite, buscando soluções para os mais diferentes problemas que afligem nossa população, principalmente as comunidades distantes do alcance dos benefícios da tecnologia.

Uma forma concreta de prestigiar esse seletivo grupo de pessoas está na melhoria da remuneração. É uma verdadeira afronta os valores recebidos por esses profissionais. Nossos congressistas deveriam olhar melhor esta questão. Assisti pela TV Senado a programa gravado em 3 de junho numa audiência pública sobre Ciência e Tecnologia com foco na Amazônia. Foi de arrepiar a declaração do diretor-presidente do Inpa sobre a evasão de cientistas em face da baixa remuneração. Um senador disse: “O Brasil não precisa exportar inteligência, mas sim, conhecimento”.

É preciso rever com urgência os valores pagos aos cientistas que dão suas vidas pela melhoria das condições de vida de nosso povo. Por outro lado, é triste a constatação de que milhares de brasileiros sabem escalar a seleção de futebol, mas pouco ou nada sabem sobre quem foi Chagas. Há aí grande inversão de valores — sem deixar de torcer por nossa seleção canarinho, claro. Atenção, congressistas, abram os olhos, o Brasil precisa dar melhores condições de vida a seu povo. Pensem nisso.

♦ Rudi Pereira Lopes, Florianópolis

**S**ou assinante e gostaria de parabenizá-los pela edição nº 81. Excelente iniciativa a homenagem a este grande brasileiro que foi Carlos Chagas e ao Centenário da Descoberta da Doença de Chagas. Parabéns, RADIS.

♦ Ulisses Mariano da Silva, Juazeiro do Norte, CE

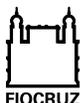
### AINDA O ALTO RIO NEGRO

**C**om alegria, aqui estou para cumprimentar os que fazem essa excelente revista *Radis*. Ótimas as reportagens “Saúde e autonomia” e a entrevista de Maria Luiza Garnele Pereira (*Radis* 80). Resumindo:

## EXPEDIENTE



Ministério  
da Saúde



**RADIS** é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp).

Periodicidade mensal  
Tiragem 67.000 exemplares  
Assinatura grátis

(sujeita à ampliação do cadastro)

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha  
Diretor da Ensp Antônio Ivo de Carvalho

### PROGRAMA RADIS

Coordenação Rogério Lannes Rocha  
Subcoordenação Justa Helena Franco  
Edição Marinilda Carvalho (Milênio)  
Reportagem Katia Machado (subedição/  
Milênio), Adriano De Lavor, Bruno  
Dominguez (Milênio) e Pedro Widmar  
(estágio supervisionado)

Arte Aristides Dutra (subedição/  
Milênio), Dayane Martins (interina/  
Milênio) e Rosângela Pizzolati  
(estágio supervisionado)

Documentação Jorge Ricardo Pereira,  
Laís Tavares e Sandra Suzano  
Benigno

Secretaria e Administração Onésimo Gouvêa,  
Fábio Lucas e Cristiane Abrantes  
Informática Osvaldo José Filho e  
Sybrand Willen Reinders (estágio  
supervisionado)

Endereço  
Av. Brasil, 4.036, sala 515 — Manguinhos  
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões  
e críticas)  
Tel. (21) 3882-9118 • Fax (21) 3882-9119  
E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br)

Site [www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis) (confira também  
a coluna *Radis* na Rede e o Exclusivo para  
web, de complementa a edição impressa)

### Impressão Ediouro Gráfica e Editora SA

USO DA INFORMAÇÃO — O conteúdo da revista  
*Radis* pode ser livremente reproduzido, desde que  
acompanhado dos créditos. Solicitamos aos veículos  
que reproduzirem ou citarem nossas publicações que  
enviem exemplar, referências ou URL.

Ouvidoria Fiocruz  
Telefax (21) 3885-1762  
Site [www.fiocruz.br/ouvidoria](http://www.fiocruz.br/ouvidoria)

aprendemos muito com tudo o que está nas páginas. Que este veículo continue sempre progredindo, pois todos ganhamos com isso.

♦ Severino Cassiano Ferreira, Água Preta, PE

#### INTERCÂMBIO, SEMPRE

A Biblioteca Curt Nimuendajú (Funai) tem por objetivo proteger, preservar e divulgar as fontes documentais sobre os índios e a política indigenista do Brasil. No intuito de enriquecer, atualizar e divulgar seu acervo bibliográfico, solicita a *Radis* nº 80 (abril/2009). Gostaríamos de lhes oferecer nossas publicações para que possamos manter relação de intercâmbio com esta conceituada instituição.

♦ Cleide de Albuquerque Moreira, Brasília

☐ *Cara Cleide, este intercâmbio é de grande interesse para o Programa RADIS da Ensp/Fiocruz.*

#### FUNDAÇÕES ESTATAIS

Quero mais uma vez parabenizar a *Radis*, democrático e indispensável instrumento. Incrível como a revista se mantém atual e na vanguarda dos interesses coletivos. A edição de nº 79 veio em boa hora, quando aqui em Juazeiro administração municipal e a Câmara começam a debater com a sociedade, na maioria leiga, a implantação de uma fundação estatal. Na condição de defensor, ex-presidente do CMS e usuário do SUS, procuro ajudar nas discussões locais e evitar que sejamos lesados com essa "nova fórmula mágica" de administrar a saúde pública. Mesmo com nossas limitações no assunto, estamos buscando com outros parceiros da sociedade civil aprofundar o debate. Por essa razão, agradeço à *Radis* pelo oportuno presente!

♦ João Leopoldo Viana Vargas, técnico em Gestão de Saúde Juazeiro, BA

#### JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Estou à procura de um artigo da *Radis* que fala sobre a judicialização da saúde, para pesquisa nesta área, e um professor da universidade informou que a revista tem artigo com este nome. Já procurei nos exemplares anteriores, mas nada encontrei. Grata pela compreensão.

♦ Ruthe Rocha, Vitória

☐ *Prezada Ruthe, a judicialização da saúde foi capa da Radis 43 (março/2006), com o título "Me-*

*dicamentos na Justiça – Quando o remédio pode virar veneno"* ([www4.ensp.fiocruz.br/radis/43/capa.html](http://www4.ensp.fiocruz.br/radis/43/capa.html)).

#### ACOLHIMENTO EM JOÃO PESSOA

Como médico do Programa Saúde da Família, agradeço a publicação da carta "Um modelo de acolhimento" (*Radis* 79), na qual registro as atividades da Unidade de Saúde da Família no bairro Valentina. Parabenizo a equipe da revista, que determina firmemente seus objetivos e oferece informações precisas e esclarecedoras aos profissionais da área de saúde. Obrigado.

♦ José Oscar L. de Oliveira, João Pessoa

#### RADIS AGRADECE

ILUSTRAÇÃO: R.P.



Venho apenas agradecer a vocês pelo excelente trabalho. Sou assinante desde os primeiros números, quando ainda era auxiliar de enfermagem na assistência hospitalar. Posteriormente, a *Radis* foi fonte constante nas discussões durante toda a minha formação universitária em enfermagem, e agora serve de referencial para minha monografia. Definitivamente, a *Radis* foi essencial nessa minha conquista. Obrigado a todos!

♦ Roberval Cruz, Campina Grande, PB

Vi a revista com uma amiga que tem assinatura e adorei. Parabéns!

♦ Ana Tereza Conceição, Caxias, MA

Sou estudante de enfermagem da Universidade de Barra Mansa e assinante da revista. Este semestre tive o prazer de indicar a edição nº 72 [sobre os 20 anos da Constituição] para a discussão em Sociologia sobre políticas públicas de saúde. Foi mui-

to proveitoso. Quero parabenizá-los pelas interessantes matérias.

♦ Antonio Henrique Bessa, Angra dos Reis, RJ

Sou assinante da revista. Gostaria de parabenizar a instituição. É um ótimo meio de informação! Serve de subsídio para a formação do meu pensamento sobre saúde, muito importante para mim, pois sou estudante de enfermagem.

♦ Jaqueline Coelho, Balneário Piçarras, SC

Gostaria de parabenizar a *Radis* (nº 74) pela reportagem sobre a saúde do homem. Assinante recente e estudante, a revista vem acrescentando muito a meu conhecimento e crescimento.

♦ Jones da Silva, Resende, RJ

Gostaria de informar que a *Radis* é um dos instrumentos de maior relevância para meu trabalho de conclusão de curso em Serviço Social da Federal do Espírito Santo. O tema é a influência das conferências da OMS na política de saúde brasileira pós-Constituição de 1988. A *Radis* é citada uma diversidade de vezes, pois é um dos melhores canais de comunicação, um amigo tão precioso quanto meu orientador. Um grande abraço a todos e obrigada pela chance de realizar um sonho que, sem a *Radis* mensalmente, seria muito difícil.

♦ Viviane Cabral, Vitória

Vi aqui deixar uma observação: sou estudante de enfermagem da Universidade Celso Lisboa e soube desta revista por uma amiga que estuda na Estácio, e que ficou sabendo pelos professores. Acho que, pelo conteúdo, que é ótimo, tinha que ser mais divulgada entre os estudantes.

♦ Fernanda Belieny dos Santos, Rio de Janeiro

☐ *Cara Fernanda, você tem razão. Cada aumento da tiragem representa, contudo, acréscimo nos custos gráficos e de distribuição, que são altíssimos. Sustentar a gratuidade da Radis exige grande esforço orçamentário da Ensp/Fiocruz. Mas estamos avançando: a tiragem cresceu 10% nos últimos 2 anos.* ☐

#### NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

## SÚMULA

## INPI NEGA PATENTE AO GILEAD

O Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) indeferiu pedido de patente do Tenofovir pelo laboratório canadense Gilead, para tratamento de aids. Agora, qualquer empresa brasileira pode produzir e vender o antirretroviral. O preço tende a cair, gerando economia de R\$ 20 milhões anuais ao Ministério da Saúde, informou a Agência Focruz de Notícias (3/7/).

## REDUÇÃO DA BUROCRACIA EM C&amp;T

O Ministério da Ciência e Tecnologia criou grupo de trabalho para estudar formas de redução da burocracia na pesquisa científica, informou o *Jornal da Ciência* (13/7). A base do estudo é documento da SBPC com sugestões, após consulta a 25 sociedades científicas e um escritório de advocacia, divididas em três pontos: compras e licitações, acesso à biodiversidade e importação – alguns itens exigem até mudança na Constituição. Segundo o ministro Sérgio Rezende, em discurso na 61ª Reunião Anual da SBPC (12/7), em Manaus, a ideia partiu do presidente Lula que, em visita à entidade em 2008, pediu saídas depois de ouvir reclamações de pesquisadores. “Vamos resolver o problema do acesso à biodiversidade, que é fundamental para o país, mas muito, muito importante para a Amazônia”, disse Rezende.

## AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: R\$ 2,2 BI EM 6 ANOS

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado pelo Ministério do Desenvol-

vimento Social e Combate à Fome (MDS), completou seis anos em julho: desde a criação do programa, em 2003, foram investidos R\$ 2,2 bilhões na compra de alimentos produzidos por 113 mil agricultores, que ficam assim protegidos da ação de atravessadores (*Radis 70*). Só do PAA Leite participam 29 mil produtores, com investimento R\$ 758 milhões, informou o *Boletim do MDS* (9/7). Em 2009, informa o texto, serão R\$ 467,8 milhões. Para o ministro Patrus Ananias, o PAA tem papel fundamental na construção da soberania alimentar. “O programa sintetiza o Fome Zero, porque numa ponta apoia os produtores, gerando emprego e criando condições para que as famílias permaneçam no campo, e na outra atende famílias em situação de fragilidade alimentar”.

## O ESTADO É MASCULINO, DIZ OIT

O informe “Trabalho e Família: para novas formas de conciliação com responsabilidade social”, apresentado em julho no Chile pela seção latino-americana e caribenha da Organização Internacional do Trabalho e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, considera um dos maiores desafios da promoção da igualdade e do combate à pobreza a proteção da mulher com sobrecarga de trabalho (Agência Envolverde/IPS, 13/7). Segundo o informe, entre 1990 e 2008 a participação feminina no trabalho na região passou de 23% para 53%. Na faixa etária entre 20 e 40 anos, o percentual das que trabalham fora agora é de 70%. “Mas, não houve rupturas significativas nas concepções culturais predominantes que consideram que a reprodução social é responsabilidade das mulhe-

res, não uma necessidade social”, lamenta o estudo. Este afastamento sugere que o Estado não é neutro, mas que tem gênero: masculino.

As mulheres destinam entre 1,5 e quatro vezes mais tempo que os homens às tarefas domésticas. “Esta sobrecarga é a base das desvantagens e discriminações que elas experimentam no mercado de trabalho”, afirma o informe. Somente em alguns países se exige das empresas uma creche quando há maioria de trabalhadoras. A licença-paternidade ainda não está difundida, e poucos Estados reconhecem a licença por doença de filhos ou pais idosos. Na América Latina, os idosos são 9% da população e representam desafio cada vez maior para as famílias. Em cinco anos serão 13% do total e até 2050, mais de 23%. Quando a renda é suficiente, essas tensões são resolvidas por cuidadoras assalariadas.

“Diante da debilidade ou ausência de políticas públicas e de serviços destinados a apoiar a conciliação, as estratégias são basicamente privadas, familiares, femininas”, diz o documento. A proposta é que a conciliação seja “parte principal” das políticas sociais. As coordenadoras do estudo, Maria Elena Valenzuela e Juliana Martinez, consideram que o Estado deveria avançar nessas “políticas universais” de conciliação, para que as responsabilidades familiares não sejam “uma lápide sobre as mulheres, impedindo seu desenvolvimento e bem-estar”.

## ECA, 19 ANOS: TEMPO DE DEFINIÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 19 anos em 2009 num momento de definição: o pleno do Superior Tribunal de Justiça analisa neste agosto recurso a decisão de sua Quinta Turma, que entendeu que a submissão de adolescentes à prostituição e à exploração sexual não abrange a figura do cliente ocasional, mas apenas a do aliciador beneficiado.

Trata-se de caso envolvendo o fundista Zequinha Barbosa e seu ex-assessor Luiz Anuniação, que pagaram por sexo com adolescentes em junho de 2003 (Agência Brasil, 13/7). Se acolhido o recurso, o processo irá ao Supremo. Leila Paiva, coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial

## RADIS ADVERTE

## Sua experiência vale pauta

A ideia da reportagem sobre a saga xukuru partiu de uma leitora do Recife.

Se você conhece alguma experiência inovadora, envie sua pauta:

**RADIS VAI LÁ!**



de Direitos Humanos (SEDH), condena a decisão da Quinta Turma. “É um desrespeito muito grande”. Para o coordenador do Unicef do Programa de Cidadania dos Adolescentes, Mário Volpi, a interpretação foi “ridícula”.

Na visão do subprocurador-geral da República Alcides Martins, autor do recurso, o Artigo 244-A do ECA cita “os que aliciam, que pagam e utilizam”.

Especialistas também apontam nas tentativas de redução da maioridade penal outro risco na passagem dos 19 anos do ECA. Para o deputado federal Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE), da Frente Parlamentar da Juventude, setores da sociedade olham o estatuto de forma equivocada e não percebem que ele protege todas as crianças e todos os adolescentes, não apenas os que estejam em contradição com a lei. Leila considera que “os resultados das medidas socioeducativas são melhores do que as do sistema penal”, mas ao defender a redução da maioridade “a sociedade brasileira busca soluções fáceis”.

#### GLOBO SE DESDIZ SOBRE FUNDAÇÕES

Durou um fim de semana a surpreendente reportagem do *Globo* de 10/7 segundo a qual José Gomes Temporão desistira do projeto das fundações estatais, atacado por sindicatos, por ser o único ministro, dos cinco interessados, a defender o modelo. Em 13/10, a reviravolta: desdizia tudo a manchete “Saúde: fundação estatal poderá modernizar 2 mil hospitais”, que levava a reportagem na página 3, a mais nobre, segundo a qual, mesmo diante das críticas, Temporão continua acreditando que estados e municípios vão aderir ao novo modelo.

A reportagem informava que cinco estados já têm legislação que permite o funcionamento de hospitais como fundações — Rio de Janeiro, Acre, Bahia, Pernambuco e Sergipe (*Radis* 79) e se “desculpava” pela matéria anterior: “Na última semana, assessores do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, chegaram a anunciar, em reunião no Conselho Nacional de Saúde, que o ministério iria desistir de aprovar a proposta no Congresso Nacional. Os sindicalistas comemoraram. Mas Temporão avisou que mantém a luta pelo projeto, embora reconheça a dificuldade de aprová-lo. ‘Não temos alternativa, a não ser perseverar na busca de um modelo novo. O modelo atual é ineficiente, anacrônico e do século passado’.”

Se a matéria do dia 10 errou, a reparação também. Reportagem coordenada destacou o modelo adotado em São Paulo, o das organizações sociais



**“NOVA GRIPE” FAZ ESCOLA** — Desde os primeiros casos no México a TV Globo usa a expressão “nova gripe” para falar do surto de gripe suína ou Influenza A(H1N1): no primeiro caso, não quer ofender seus anunciantes de linguíça; no segundo, o termo técnico seria difícil demais para seus telespectadores, cuja inteligência o apresentador William Bonner, do *Jornal Nacional*, já situou no nível da de Homer Simpson, o “burraldino” persona-

gem do desenho animado. O canal a cabo Globonews e a TV Record logo imitaram, seguidos pelo *Estadão*. Em 30 de junho, nosso rabugento Fontes Fidedignas caiu para trás: o Ministério da Saúde também passou a usar a expressão “nova gripe” em seu site...

#### CHAGAS EM MANGUINHOS

— A edição nº 19 da *Revista de Manguinhos* (da CCS/Fiocruz) traz especial sobre o feito de Carlos Chagas (pág. 20). Além de analisar a história da descoberta e os desafios adiante, uma das matérias informa: o arquivo do cientista é patrimônio documental da humanidade desde 2008 (para baixar o pdf: [www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16](http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16)).



— que difere do das fundações: não prevê concurso público na contratação de pessoal nem demissão por processo administrativo, entre outras diferenças importantes para os sindicatos dos trabalhadores da saúde.

#### TRANSFUSÃO (AINDA) COM RISCO

Risco de infecção por HIV em transfusão de sangue no Brasil é 10 vezes maior do que em países desenvolvidos, afirma estudo da Fundação Pró-Sangue de São Paulo: por ano, até 100 pessoas podem ser contaminadas (*O Estado de S. Paulo*, 13/7). O coordenador da Política de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, Guilherme Genovez, atribui o problema à associação de dois fatores: falta de exame de diagnóstico mais potente e o fato de o brasileiro recorrer à doação para saber se é portador. “Enquanto esses problemas não forem resolvidos, os índices dificilmente vão baixar”, emenda a Ester Sabino, da Fundação Pró-Sangue e do Reds, estudo em curso no país sobre a prevalência de doenças relacionadas a doação, financiado pelo National Institutes of Health (NIH) americano.

Uma em cada 60 mil bolsas de sangue é contaminada e não identificada nos testes em bancos de sangue. O Brasil usa 3 milhões de bolsas por ano. “Embora pareçam ruins quando comparados a países desenvolvidos, os índices brasileiros são bons”, diz Ester. “A qualidade do sangue brasileiro é muito boa, principalmente quando lembramos o que era no passa-

do, antes de haver maior controle. Mas podemos melhorar”.

Os testes atuais detectam o HIV em torno de 12 dias após a infecção. A “janela imunológica” da hepatite é maior, de 70 dias: a transfusão foi responsável por 12,3% dos novos casos em 2008. O teste Nat procura traços do vírus em vez de anticorpos. O Brasil adotará essa tecnologia em 2010, com kits diagnóstico de Biomanguinhos/Fiocruz. A janela imunológica para aids cairá de 12 para 8 dias.

#### MANTIDA RESTRIÇÃO A DOAÇÕES

A revisão da restrição à doação de sangue de homens que fazem sexo com homens, bandeira do movimento gay, foi retirado “às pressas” (*Estadão*, 13/7) do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Preparado por grupo interministerial, a revisão foi aprovada por todos os representantes, inclusive o do Ministério da Saúde, mas tudo mudou quando o plano chegou ao Programa Nacional de DST/Aids. “Não houve compromisso de reavaliar o tema”, segundo a coordenadora, Mariângela Simão. “O objetivo é outro. O de assegurar a capacitação de profissionais que fazem a captação e triagem”. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

# Mais foco na aliança com o SUS

Bruno Dominguez

O 6º Encontro Nacional de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva reuniu entre 3 e 5 de junho representantes de 33 instituições do país na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), no Rio de Janeiro, para pensar estratégias que as fortaleçam como aliadas do SUS. O evento era uma atividade da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública, cuja secretaria executiva se localiza na Ensp.

A coordenadora da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública, Tânia Celeste Matos Nunes, festejou a realização do encontro, para ela um marco no processo de retomada, iniciado há dois anos. Para Tânia, as questões candentes das escolas são a institucionalização da rede, a certificação, a incorporação de docentes fixos e temporários e a acreditação pedagógica. Como ferramentas para enfrentar esses desafios, Tânia apontou diálogo, recursos, tecnologias, informação e formação.

Na manhã do dia 3, o pesquisador da Ensp José Inácio Motta apresentou o relatório final da Pesquisa Nacional de Escolas de Saúde Pública, realizada pela rede com apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS). Dada a escassez de dados estruturados sobre o tema, a equipe se dispôs a mapear as escolas que oferecem cursos *lato sensu* de formação em Saúde Pública para

os sistemas municipais e estaduais. Foram visitadas 18 instituições. Todas responderam a questionário organizado em seis blocos temáticos: identificação da instituição e perfil do gestor, estrutura da escola, organização e planejamento político pedagógico, perfil dos profissionais, diálogo entre oferta e demanda e estratégias de comunicação e divulgação.

## A MAIS ANTIGA

Fundada em 1925, a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo é a mais antiga do país, seguida pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (1946), pela Ensp (1954), pela Escola de Saúde Pública do Paraná (1958) e pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (1961). Por outro lado, 55% das escolas pesquisadas são relativamente novas, com até 10 anos de criação. Desde 1987, surgiram cinco no Nordeste, quatro no Centro-Oeste, três no Norte e uma no Sul, totalizando 13 novas – “impulsionadas pelo desafio de formação de quadros para o SUS”, segundo Inácio.

Mais de 70% dessas unidades estão vinculadas à gestão estadual, enquanto 16,7% têm ligação com o governo federal e 11%, com a gestão municipal. A maior parte dos dirigentes é do sexo masculino (56% contra 44% do sexo feminino), com idade entre 30 e 49 anos e médico (35%) – neste último quesito, ainda apareceram 17,6% de assistentes sociais e 11,8% de cirurgiões dentistas; administradores, enfermeiros, engenheiros sanitários, pedagogos e psicólogos tiveram 5,9% cada.

Das 18 escolas, 12 contam com orçamento próprio e nove têm capacidade de ordenar despesas. Todas captam recursos externos, sendo o Ministério da Saúde o principal financiador. Os entrevistados relataram como principais dificuldades da administração orçamentária e financeira os atrasos na liberação de recursos (27,3%), a inadequação da gestão financeira (22,7%), a redução do montante acordado no planejamento (18,2%), a insuficiência de recursos (9,1%), a falta de autonomia orçamentária (4,5%) e financeira (4,5%). “Há uma permanente tensão entre o programado e o orçamento real, o que põe em xeque a capacidade de planejamento”, resumiu ele.

A pesquisa identificou que, em geral, as escolas têm boa infraestrutura, com salas de coordenação pedagógica, de reunião, de professores, de aula, de leitura, multiuso, de TV e vídeo, mais secretaria acadêmica, auditório, biblioteca, videoteca, laboratório de informática e de saúde e apoio logístico (almoxarifado e copa). “Esses dados podem dar a impressão de que está tudo ótimo, mas devemos alertar que é isso com pinturas diferentes”, ressaltou Inácio, referindo-se à diversidade de estrutura.

## FOCO EXPLÍCITO

Quanto à definição da missão dessas instituições, detectou-se que 52% explicitam o foco na formação para o SUS, 21% falam em excelência do atendimento à saúde, 16% apontam para a formulação e avaliação de políticas de educação em saúde e 11%,



para a melhoria da qualidade de vida da população. Todas se dedicam ao ensino *lato sensu* – a maioria ainda combina pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e cooperação técnica para o SUS.

Mais da metade das escolas elaboraram ou estão em processo de elaboração de Projeto Político Pedagógico, enquanto 27,8% não o fizeram nem estão em vias de fazê-lo. Na prática, os projetos formam a base de cursos que variam dos de curta duração ao doutorado. A maior oferta é de especialização, o que reafirma “a identidade das escolas como formadoras de profissionais potencialmente qualificados para enfrentar o desafio de implementar o SUS”, de acordo com o relatório distribuído aos participantes do encontro.

Dois categorias concentram a oferta de cursos: Atenção à Saúde (vinculada à atenção básica, especialmente à Saúde da Família) e Gestão. “Muito possivelmente, estão respondendo à indução de políticas públicas do Ministério da Saúde”, diz o texto, que mais adiante alerta para a importância de que as escolas também observem as necessidades regionais e locais, “construindo programas e projetos de qualificação com esse perfil”.

Na seção Perfil dos profissionais, uma constatação preocupante: metade dos docentes estão vinculados a contratos externos. O relatório argumenta que “tal situação mostra a instabilidade com que as escolas operam, seja pela flutuação do quantitativo de docentes, seja pela possibilidade de haver uma baixa aderência à missão da escola”. Nas funções administrativas, a maior parte dos profissionais pertencem ao quadro próprio, situação inversa aos dos setores de informática/comunicação e serviços gerais, postos preferencialmente ocupados por terceirizados. A pesquisa ainda identifica baixo investimento na qualificação da equipe: ela se dá principalmente por demanda do profissional.

Na manhã de sexta-feira, dois secretários do Ministério da Saúde

## As escolas pesquisadas

Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazonas); Departamento de Gestão da Educação (SES/TO); Secretaria de Estado de Saúde do Pará; Escola de Saúde Pública do Ceará; Escola de Formação em Saúde da Família (CE); Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia; Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco); Centro de Educação Permanente em Saúde (SE); Escola Superior de Ciências da Saúde (DF); Escola de Saúde Pública do Mato Grosso; Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul; Escola de Saúde Pública de Goiás; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz); Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; Escola de Saúde Pública de Minas Gerais; Escola de Saúde Pública do Paraná; Escola de Saúde Pública de Santa Catarina; Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.

ressaltaram a importância da união dessas instituições. Gerson Penna, da Secretaria de Vigilância em Saúde, lembrou que, anos atrás, ouviu uma reclamação que o incomodou profundamente: “As escolas de saúde pública estão órfãs, não são nem do MEC nem do MS”. Pouco depois, Tânia Celeste e Inácio Motta acenaram com a proposta de criação da rede, a fim de encontrar soluções para a formação e a fixação do corpo docente. Hoje, disse Gerson, as duas questões ainda preocupam. Por isso, a secretaria está revendo seu financiamento e deve incluir a capacitação e a fixação de docentes como um componente. “Não é fácil, mas o que é fácil está feito”, assumiu o secretário.

Francisco Campos, da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, também voltou no tempo para festejar a existência da rede. “Há uns sete anos, vivíamos uma sensação de marasmo no conjunto das escolas públicas, departamentos, institutos e núcleos”, apontou. Foi quando o ministério convocou reunião na Ensp para divulgar o projeto do curso de capacitação de conselheiros municipais de saúde. Para Francisco, aquele momento deu

a noção de que “havia brasa embaixo da cinza”: cerca de 26 instituições se juntaram para oferecer o curso, numa intervenção coletiva.

O secretário lembrou que os sanitaristas sempre desejaram o crescimento da pós-graduação em Saúde Coletiva, mas opinou que, “paradoxalmente, este crescimento significou em muitos casos um distanciamento da realidade dos serviços de saúde e do SUS”. E repetiu uma frase com que costuma ilustrar a situação: “A pós brasileira, correndo atrás da bola sete, corre o risco de cair na caçapa”. A “bola sete”, explicou, é uma referência à mais alta avaliação da Capes. O “risco de cair na caçapa” é a metáfora para a possibilidade de as escolas perderem a vinculação com o sistema de saúde. “Não digo para ficarmos na bola 4, mas também não podemos perder o compromisso com o SUS”.

Tanto Gerson Penna quanto Francisco Campos falaram repetidas vezes que a relação entre o ministério e as escolas deve ser de parceria, e não mercantil. “Em certo período, projetos de capacitação eram comprados”, criticou Francisco. Hoje, disse, não é aceitável transformar a preocupação com a formação em compra e venda de serviços sobre o balcão. 



**RADIS FOI LÁ!**

9ª ASSEMBLEIA DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ



Foto: J. M. M. M.

# Sob ameaça, luta por terra e identidade

Adriano De Lavar (texto) e Rogério Lannes (fotos)\*

“**F**ortalecer a organização para enfrentar a criminalização”, tema da 9ª Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá, resume a saga dessa etnia do Agreste pernambucano. Expropriada desde o Império, em pouco mais de uma década conseguiu se organizar politicamente, recuperar seu território e reconquistar o direito à própria identidade, que vem reconstruindo passo a passo apesar de intensa perseguição.

Participaram da assembleia na aldeia Capim de Planta, entre 17 e 20 de maio, representantes de suas 24 comunidades, localizadas no entorno das cidades de Pesqueira e Poção, a uns 200 quilômetros do Recife. Estavam lá também “parentes” de outras etnias — trukás, kambiwás, kapinawás e pankararus, de Pernambuco, potiguaras, da Paraíba, e anacés, do Ceará —, apoiadores da sociedade civil como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Cultura Luiz Freire, a Pastoral do Menor da CNBB, professores e estudantes universitários, além de setores do governo, como o Ministério do Desen-

\*Colaboraram: Rita Vasconcelos, jornalista, e Paulo Araújo, motorista

volvimento Agrário e a Fiocruz.

Na pauta do encontro, a mais recente ameaça: o processo de criminalização de que vêm sendo vítimas, patrocinado pelas mesmas forças responsáveis pela sua quase extinção. A *Radis* acompanhou os quatro dias de debates, e testemunhou a determinação destes guerreiros, para quem a democracia participativa não somente é viável, como fortalece o espírito e faz bem à saúde.

O povo xukuru está reduzido hoje a 10 mil brasileiros, que vivem em terra indígena de 27.555 hectares — Raposa Serra do Sol tem 1,7 milhão — homologada em 2001 na região da Serra do Ororubá. Há pouco mais de 10 anos, 90% dos xukurus eram sem-terra. Ao longo da colonização do Nordeste, haviam perdido suas terras, migraram ou trabalharam para os grandes usineiros pernambucanos, uma oligarquia ainda poderosa.

O processo de destituição das terras, no entanto, é bem mais antigo. O município de Pesqueira nasceu em território xukuru onde hoje se localiza a aldeia de Cimbres. Em 1661, os padres da Congregação do Oratório de São Felipe de Néri já usavam mão-de-obra xukuru na criação de gado. Aos poucos, fazendeiros ocuparam as terras e expulsaram os índios, invasão posteriormente legalizada pela Lei de Terras de 1850, a partir

da qual posseiros exigiram o fim do aldeamento. Alegavam que os donos da terra já não eram mais índios, e sim, caboclos. Em 1879, o aldeamento foi extinto oficialmente.

## O INÍCIO DA DIÁSPORA

Começou então a diáspora xukuru. Dispersos na periferia das cidades ou refugiados em outras terras, mantiveram vivos seus cultos religiosos, ainda que proibidos. A estratégia seria útil mais à frente. Os primeiros passos para a retomada vieram com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1901, quando foram reconhecidos novamente pelo Estado. Para isso, um grupo de xukurus viajou a pé ao Rio de Janeiro, então capital do país, para exigir seus direitos. Um mês de viagem: quem conhece sabe que esse povo é bom de caminhada.

Embora o SPI tivesse um posto na região desde 1945, a situação quase não mudou nos 40 anos seguintes. Nos anos 80, o Brasil inteiro começou a se movimentar com o processo constituinte. O cacique Xicão, liderança xukuru, viu ali o momento ideal para mudar o quadro: muitos de seus parentes já nem se declaravam índios, para escapar dos apostos pejorativos que os perseguiam: “cachaceiros, preguiçosos, indolentes”.

Quem relata os detalhes é Edson Hely Silva, doutor em História Social pela Unicamp, autor da



tese "Xukuru: Memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988". Ele constatou que nos anos 1980 os índios viviam em situação de repressão tão grande que eram até proibidos de dançar o toré, sua dança ritual. "Havia sete fábricas de doce no território deles. Muitos eram operários destas fábricas. Mesmo assim, a maioria nem se dizia xukuru, já que se criara a falsa ideia de que índio não trabalhava, era cachaceiro".

Também professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e colaborador de projetos de pesquisa sobre o assunto no Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz/Pernambuco), Edson diz que a atitude de Xicão foi essencial para transformar a realidade. Estimulado pelo Cimi, o cacique se envolveu nas discussões da Assembleia Constituinte, em especial sobre os direitos indígenas. "Voltou literalmente com a Constituição debaixo do braço", conta Edson. Começava aí o processo de reidentificação dos xukurus, ao mesmo tempo em que nascia o mito heróico de Xicão.

Quem acompanhou de perto a trajetória de luta foi seu filho Marcos Luidson Araújo, o cacique Marquinhos, que herdou a liderança de seu povo. "Vivíamos praticamente escravizados pelos não-índigenas daqui", lembra. Para ele, a mudança começou um pouco antes, quando o pajé Zequinha consultou "a natureza sagrada", no alto da Pedra do Reino, e Xicão foi indicado como novo cacique, "por volta de 1984 ou 1985".

A estratégia do novo líder foi, então, reaproximar seus parentes aos poucos, em reuniões em torno do toré, a dança ritual e política dos xukurus. A cada encontro, o número de pessoas aumentava e a reorganização tomava rumo. "Com o ritual, fazíamos trabalho de formiguinha", diz Marquinhos.

A reunião logo rendeu resultados internos. "Despertou um novo olhar. Começamos ali a buscar a recuperação de nosso território", relata o jovem cacique de apenas 30 anos. O então menino Marquinhos, sempre ao lado de Xicão e do pajé, não perdeu um minuto destes dias, última década de vida do pai.

### NA PEDRA DO REI

Os resultados externos também não demoraram. Com o trabalho de base reorganizado, um grupo de líderes foi a Brasília pressionar pela inclusão de seus direitos na Carta Magna. Já em 1990, conseguiram a primeira vitória, a retomada da aldeia Pedra D'Água. A reocupação não foi fácil. Xicão, Marquinhos e família estavam



Dona Zenilda, "mãe" dos xukurus: "Não somos criminosos"

na linha de frente, assentados em barracas de palha e lona, 90 dias na mata, muitas noites sob tiros dos fazendeiros, que insistiam em ficar. Os xukurus resistiram e reocuparam seu maior espaço sagrado: a Pedra do Rei.

Na década seguinte veio a recuperação gradual do território. Direitos assegurados, Xicão estruturou as 24 aldeias, elegendo 23 lideranças que, com ele e o pajé, compuseram um conselho político. "Distribuição geográfica do poder", define o pesquisador Edson. As aldeias se localizavam em três regiões estratégicas: as da "serra", onde há mais água e a mata; as da "ribeira", onde se localiza a barragem e um sistema de irrigação, e as do "agreste", mais seca.

Os anos 1990, no entanto, não foram fáceis. "Em nossa trajetória houve muito enfrentamento", lembra Marquinhos. Xicão começou a ser ameaçado de morte e o filho partiu para São Paulo, onde viveu dois anos. Em 1997, o pai foi buscá-lo. "Está na hora de voltar. Preciso lhe preparar", disse Xicão. O filho fora escolhido, ainda menino, pelos "encantados de

luz" como seu sucessor. A revelação foi feita ao próprio Xicão e ao pajé Zequinha no alto da Pedra do Rei.

O clima era tenso, constantes ameaças de morte. "Xicão sofreu mais de 12 anos de ameaças: não dormia duas noites no mesmo lugar", conta Edson. Em 1998, a notícia: Xicão estava morto. Assassinado numa emboscada em 20 de maio. "A luta não podia parar: meu pai dizia sempre que quando ele fizesse a viagem a história continuaria", lembra Marquinhos. Com a morte de Xicão, ele intensificou as idas a Brasília para cobrar a homologação das terras. Sua consagração como cacique, em 16 de janeiro de 2000, deu-se 20 dias após outro enfrentamento, na retomada da aldeia São José. O fazendeiro acusado de mandante da morte de Xicão estava vendendo as terras indígenas da região: 600 xukurus resistiram por um ano, acampados em barracas de lona na entrada da aldeia. "Aquele retomada foi modelo para nós: nunca passamos período tão longo de resistência", conta o cacique. O passo seguinte foi convocar a primeira



assembleia xukuru e motivar as lideranças para a luta adiante.

Em 7 de fevereiro de 2003, outro golpe: um atentado a Marquinhos. Tudo indica que o responsável pelo ataque, José Lourival Frazão (o Louro Frazão), estivesse ligado a um grupo de empresários interessado na exploração do santuário católico da Guarda, em terras xukurus.

A empreitada resultou na morte de outros dois jovens xukurus — Joseilson José dos Santos (Nilsinho) e José Ademilson Barbosa da Silva (Milson), que tentaram impedir o assassinato do cacique, mesmo desarmados. Provocou também a cisão política de quatro aldeias e a expulsão de 80 famílias da tribo. No dia seguinte, mesmo estando Marquinhos internado e sedado no hospital, “a Polícia Federal (PF) já se esforçava em identificar a participação do cacique e de outras lideranças na destruição material realizada pela multidão e na expulsão dos envolvidos com o atentado. Assim, a PF concluiu que não houve atentado e que o cacique Marcos provocou os incidentes que o vitimaram”, lê-se no site do Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)). Foi instaurado inquérito contra 50 líderes, Marquinhos entre eles. Dois deles já estão presos. Os xukurus negam o envolvimento. “É um processo frágil, com provas frágeis”, afirma Edson.

A situação se agrava. Em 21 de maio, dois dias após o fim da 9ª Assembleia, a Justiça Federal de Pernambuco condenou o cacique e mais 30 líderes a penas que variam entre 1 e 10 anos e quatro meses de prisão. A decisão ainda prevê indenizações que somam mais de R\$ 100 mil. O episódio gerou reação imediata de entidades que apóiam a causa xukuru, já que a sentença foi publicada antes de se serem juntados ao processo os depoimentos de importantes testemunhas de defesa: o deputado federal Fernando Ferro (PT-PE) e a subprocuradora geral da República Raquel Dodge, que estiveram na terra um dia depois do episódio.

Como o Cimi recorreu ao Tribunal Regional Federal, a revisão do processo é aguardada em liberdade. Para Sandro Lôbo, advogado do Cimi, há uma “compreensão às avessas” por parte de Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal. “O Estado que deveria estar a serviço da causa indígena está a serviço de outros interesses”, denuncia. Segundo ele, a voz de políticos e fazendeiros tem notória maior repercussão. “Há acusações dos índios que não são investigadas”.

Ato público foi organizado no Recife, dia 5 de junho, com apoio de representações como Cimi, Via Campe-

sina, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares (Gajop), Centro de Cultura Luis Freire, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), além de universitários de Pernambuco e da Paraíba, pesquisadores do Aggeu Magalhães, políticos e os bispos de Pesqueira, Francisco Biasin, e Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso.

Por outro lado, o assassinato de Xicão até hoje não foi de todo solucionado. Sandro conta que muitas provas se perderam, até que o fazendeiro Zé de Riva, apontado como mandante, foi preso cinco anos depois pela Polícia Federal. Ele declarou não ter agido sozinho. O advogado confirma: “havia outros”. Aos 80 anos, Riva foi encontrado morto na cela que ocupava, enforcado num lençol amarrado na pia. Uma de suas últimas frases, segundo Edson: “Eu não caio sozinho”.

Estas são as raízes do sistemático processo de criminalização do povo xukuru, denunciado, em março de

2009, à OEA. O cacique Marquinhos não vai a lugar algum sem escolta armada e os demais líderes lutam para que a tensão não abale a união das aldeias. Uma das estratégias é fortalecer o engajamento dos jovens na causa, com trabalho pedagógico para formar guerreiros xukurus. A outra é a organização anual das assembleias, momento em que reverenciam Xicão e planejam o futuro, com foco, principalmente, em educação e saúde.

“A perseguição judicial enfraquece nosso movimento”, denuncia Marquinhos o poder público que acusa lideranças e deixa seu povo o tempo todo na defensiva. “Isso prejudica nossos projetos para o futuro”.

A condução do evento refletiu o grau de organização dos xukurus. Chegava gente de todas as aldeias, a maioria hospedada na comunidade. Nos dois galpões comunitários, movimentação constante: num deles, o espaço para as discussões e o ritual do toré. No outro, exposições com o resultado de projetos educativos e sociais, artesãos expõem seu trabalho ou pintando os participantes

Aginaldo Xukuru: homenagem aos companheiros presos





Na assembleia, a pintura com jenipapo, a plateia atenta e o cardápio nordestino. À esquerda, o barretinho-símbolo dos xukurus. Na página ao lado, o rio Ipojuca, uma dramatização do grupo de teatro, a Serra do Ororubá. No mapa, a localização de Pesqueira em Pernambuco



com a tradicional tinta de jenipapo. Era lá o refeitório, palco das conversas que acompanhavam o cafezinho.

Antes dos trabalhos, o retrato de uma etnia no padrão brasileiro de miscigenação: traços variados, diferentes tipos de cabelo e indumentária. A geração mais nova pouco difere da juventude do interior nordestino. Jeans, camiseta e bonés perfeitamente combinados com colares de miçangas e sementes, cocares e caras pintadas. No estacionamento, cavalos e carroças dividiam espaço com automóveis, caminhões, vans e motocicletas — boa parte dos jovens xukurus pilota mototáxis, meio de locomoção comum em Pesqueira, a poucos quilômetros dali.

### AGRESTE COLORIDO

Ao redor, o agreste colorido pelo verde trazido pelas chuvas que caíram fartas no Nordeste nos primeiros meses de 2009. A paisagem se refletia no cardápio:

arroz, feijão de corda, carne, cuscuz de milho, macaxeira cozida e sopa. Todos os dias, no almoço e no jantar, duas grandes filas se organizavam, momento para abraços de saudade e reencontros de velhos conhecidos.

Na abertura do evento, os discursos reafirmaram a luta contra a criminalização. O pajé Zequinha conduziu ritual de evocação à “força dos encantados de luz e da natureza sagrada”, acompanhado do toré, dançado em círculos com a marcação das pisadas no chão. Suas preces falavam na Mãe Tamain e no Pai Tupã, abençoados por pai, filho e espírito santo. Após a celebração, o cacique Marquinhos lembrou como a criminalização atrapalha a vida de seu povo. Xicão foi reverenciado no discurso emocionado de Agnaldo Xukuru, vereador do PT de Pesqueira, que lembrou os dois líderes presos naquele momento na casa de detenção de Caruaru.

Dona Zenilda, viúva de Xicão e mãe de Marquinhos, mostrou por que

é considerada também a “Mãe do Povo Xukuru”. “Tenho em mim um pouco da força da natureza sagrada e divido com vocês”. Emocionada, homenageou outra “grande mulher”, Edilma, recém-falecida, “guerreira que nunca deve ser esquecida”, que deixara nos filhos as sementes da força xukuru. “Não somos criminosos. Somos lutadores. Fico feliz em ver aqui os jovens guerreiros do amanhã. É o sonho do Xicão realizado, que renova a força de continuar lutando”, disse. E a assembleia estava apenas começando...

Os dias que se seguiram foram de muita conversa e reflexão, de muitas estratégias de enfrentamento dos problemas. No condução dos debates, o vereador Agnaldo, experiente articulador da causa. Segundo mais bem votado em Pesqueira, é também responsável pela coordenação da educação escolar indígena, baseada em ideias de Xicão, que vislumbra, em sintonia com o



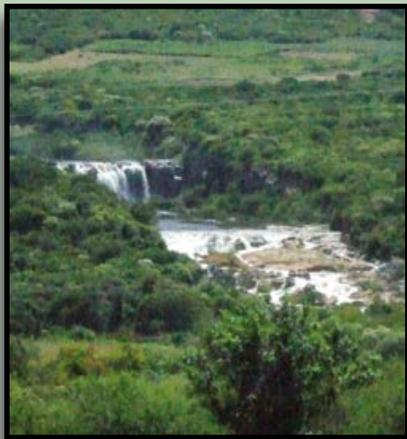


FOTO: ADRIANO DE LAVOR



anseio de povos irmãos, abordagem diferenciada do ensino nas aldeias.

Sua experiência se mostrou eficaz. Além dos líderes de aldeia, os xukurus também têm conselhos de saúde e educação atuantes, que se reuniram para debater assuntos específicos. Paralelamente, discutiram-se temas a pedido de jovens e ativistas externos.

Reconhecida liderança tradicional xukuru, Cecílio Santana Feitosa, 44 anos, líder da aldeia Cana Brava, destacou-se na assembleia. Ao lado dos oito filhos e parentes, formou o grupo que mais investiu na caracterização ritual xukuru – pintura no corpo, vestes de palha e o tradicional barrete verde na cabeça. Para ele, uma forma de homenagear os antepassados e contar com sua força. Mesmo de luto – Cecílio era casado com Edilma –, esteve sempre à frente do toré.

Essa preocupação tem razão de ser. No processo de privação de sua cultura, os xukurus perderam também

seus adereços. Os cocares usados pelo cacique Xicão e hoje por seu filho são originais de outras etnias, a eles presenteados como prova de que recomeçar é possível mesmo do zero. Esse é um dos capítulos mais emocionantes desta saga épica: a reconstrução da identidade com a solidariedade dos outros povos – o que torna legítimo até um cocar presenteado.

A solidariedade também pode ser não-indígena. A pedagoga Ana Carolina Santos do Nascimento, 27 anos, chamou atenção para a luta dos xukurus como emblemática numa “sociedade discriminatória, que não tolera o diferente”. Sua história caminhou na direção contrária. Depois de se interessar pela vida de Xicão em curso de antropologia da educação, apaixonou-se não apenas pela causa, mas também pelo índio Jailson, com quem se casou.

Mudou-se para a aldeia Sucupira – “minha casa virou acolhimento de pesquisador”, conta – e engravidou.

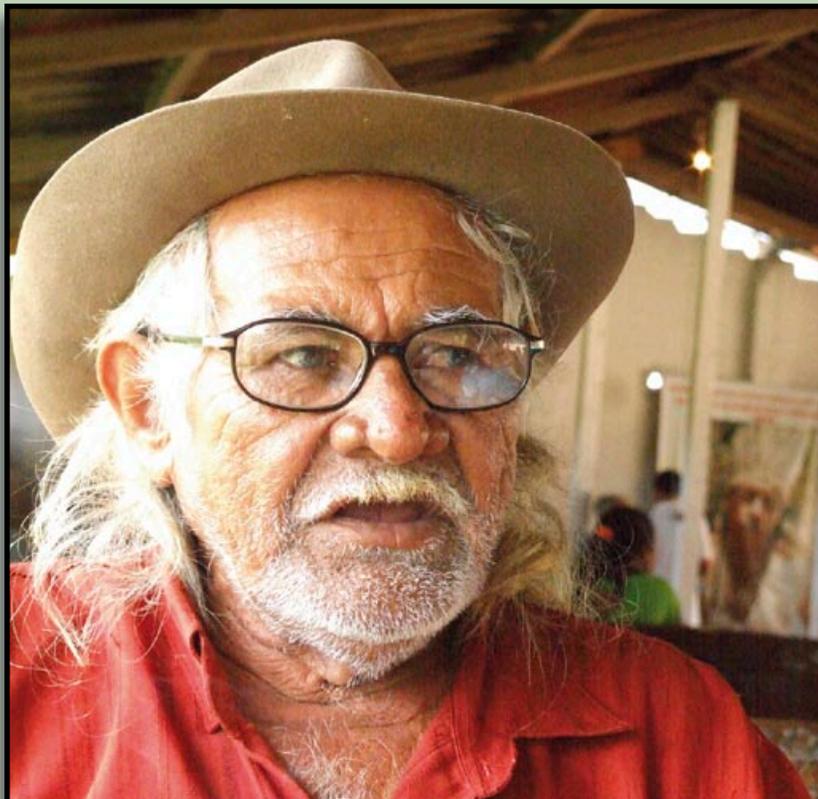
Em Capim de Planta, no oitavo mês de gestação do filho João Cauê, ela defendeu a educação como arma para conscientizar os mais jovens.

Ao fim do encontro, os xukurus lançaram carta em que denunciam sua situação e reforçam sua disposição: “mesmo sabendo que aqueles que estão contra nosso povo detêm o poder político e econômico, nós não estamos sós”. Mesmo sob pressão, a comunidade mantém a esperança: o único crime que cometeram, afirma o documento, foi “lutar para garantir nossos direitos, especialmente o direito à terra e à sobrevivência física e cultural do nosso povo”.

E reafirmam sua determinação nas palavras de dona Zenilda: “Não vamos desistir porque nossas crianças e jovens precisam viver nessa terra, com seus usos e costumes”. Para a conselheira espiritual do povo xukuru, “quem nasceu para viver lutando não vai morrer de braços cruzados”.



# Saberes solidários



O pajé Zequinha, braço direito de Xicão na retomada das terras: “Fé na natureza sagrada”

As discussões sobre saúde na Assembleia trataram da permanência sustentável dos xukurus em seu território. Para o cacique Marquinhos, a preocupação com o tema é recente, já que a assistência sempre foi precária, dos tempos da Funai ao subsistema de saúde indígena da Funasa, a partir de 1999.

A ideia agora, conta, é valorizar as ações preventivas em lugar da medicina curativa. “Sob pressão da Justiça, não há como ter saúde e qualidade de vida. Precisamos de muito mais que um carro que busque doentes ou distribua remédios”, diz, apontando a educação em saúde como aliada na solução da questão fundiária. Dona Zenilda concorda: “essa perseguição se transformou em um vírus”.

Bem articulado e informado, o cacique critica a estrutura do subsistema: a Funasa repassa ações a municípios e ONGs, e não há como saber de quem cobrar as

responsabilidades. Em sua opinião, as ações deveriam ser executadas pelo governo federal. “Se o município quiser contribuir, ótimo. Mas por mais que existam os conselhos locais, não há como fiscalizar”.

Uma secretaria especial deveria tratar da saúde indígena, “autônoma política e financeiramente”, reivindica, de maneira que os distritos sanitários indígenas executem, sob sua coordenação, as ações de saúde. Os conselhos decidiriam como aplicar os recursos. Marquinhos é ardoroso defensor da qualificação dos conselheiros de saúde e aposta no papel dos agentes indígenas de saúde e de saneamento (23 de cada, na área) como articuladores políticos. Sua atuação é “dinâmica, participativa, não autoritária”, descreve, e é importante que estejam na organização política, já que o modelo é participativo.

Sobre o conhecimento tradicional, diz, há projetos que estimulam a partilha do conhecimento de ervas

nas escolas e nas equipes multidisciplinares de saúde. Quem domina este departamento é seu Zequinha, o pajé de barbas brancas que ajudou Xicão a construir a atual organização política. Aos 79 anos, pajé desde os 17, nasceu na aldeia de Cana Brava e hoje mora na Vila de Cimbres. O dom é “da natureza”, diz: para ocupar o cargo é preciso reconhecer cada planta medicinal e saber qual reza se aplica a cada doença. Na base de sua ciência está a jurema, “erva sagrada” dos xukurus, muitos chás e garrafadas. “Já chegou gente desenganada pelos médicos, carregada nos braços”, que ele conseguiu curar.

“Não sou melhor do que ninguém, mas tenho fé na natureza sagrada”, justifica — médicos da região já elogiaram seu trabalho. “Doutor Aloísio e doutor Edson me disseram: olhe, seu Zequinha, temos muito o que aprender com o senhor; nós sabemos de um jeito, o senhor sabe de outro”. Ele aceitou o elogio, mas não revelou o segredo: “Não dou o serviço, não”. Autodidata, prepara a irmã, a dona Lica, para substituí-lo quando fizer “a viagem” — apesar da invejável saúde. Dos 12 filhos, oito estão vivos e o mais novo nasceu há poucos meses.

A competência de dona Lica já é reconhecida, afirma Geraldo Alves de Carvalho, o Geraldo Bananeira, agente de saúde e integrante do conselho. Ao mediar a discussão sobre saúde, informa que 50% dos moradores das aldeias já procuraram tratamento com ela. Para ele, as práticas tradicionais da medicina, mais adequadas à realidade das comunidades, devem ser fortalecidas. “Tem velhinho que corre quando a gente chega pra vacinar: não podemos obrigar”.

Ele conta que hoje o conselho local de saúde indígena, composto por 16 pessoas — líderes, usuários e profissionais —, é autônomo e respeitado. “Hoje, temos controle social”. O principal entrave nas relações com a Funasa são as práticas tradicionais: “Ignoram os saberes do povo”. Mas cartilha sobre as plantas medicinais da região será lançada em breve.

Maria José Martins da Silva, a dona Lica, 53 anos, é parteira





Dona Lica, futura sucessora do pajé, a agente de saúde Edilânia e o ator Bibi: três saberes conjugados na reconstrução da identidade xukuru

e técnica em enfermagem. E torce para que se restaure a confiança “nos costumes de nossas avós”. Ter saúde é ter boa alimentação, paz de espírito e terras sem margens, ensina. “Nossos alimentos e remédios estão todos nesta serra: o que está lá fora não serve”. Com os remédios tradicionais caíam os casos de verminose e tosse entre crianças e os de gastrite entre adultos, garante. “Não adianta ser transmissor de conhecimento, temos que acreditar em nossa própria medicina”. Dona Zenilda, também conselheira de saúde, concorda: “Não tomo nada de farmácia”.

Aginaldo Xukuru também aprova e diz que a partir da escola indígena é possível “garantir a terra e a sustentabilidade das gerações futuras”. A “estadualização” das escolas, a partir de 1999, definiu 35 escolas indígenas na região dos xukurus, que garantem até o ensino médio e seguem o projeto político-pedagógico de fortalecimento da identidade étnica.

Neste contexto, são valorizados os conhecimentos tradicionais e rituais da cultura na formação de estudantes e na capacitação de professores e pesquisadores. A pedagogia aplicada inclui livros didáticos produzidos pelos próprios índios, como *Xukurus, filhos da mãe natureza*, editado em 1999.

Segundo Aginaldo, 70% dos docentes já receberam capacitação e os resultados são percebidos no aumento da participação dos jovens no processo político. “A cidade apostava que não dariamos conta, mas conseguimos melhorar a qualidade de ensino”. O poder público municipal “não gosta do povo indígena”, denuncia: quem está lá ou é antigo possuidor da

área ou seu aliado. Aos 40 anos, pai de duas filhas, resume: “Tomaram da gente, tomamos de volta”.

Entre as instituições que apoiam as ações de educação estão o Centro Luiz Freire e a Fiocruz Pernambuco. Na véspera da abertura da assembleia, a movimentação era grande na Escola Indígena Rei do Ororubá, na aldeia de São José, nas oficinas de reciclagem e de alimentação saudável, frutos de projeto com pesquisadores do Centro Aggeu Magalhães.

A proposta reúne 36 adolescentes recrutados em nove aldeias e residentes de pós-graduação em saúde coletiva, como a fisioterapeuta Juliana Siebra. Entre as principais demandas de saúde, segundo ela, a diminuição do índice de alcoolismo e a destinação do lixo. Ao lado de Juliana, o sociólogo Marcondes Pacheco, o estudante de Medicina Rodrigo Oliveira e a psicóloga sanitária Simone Brito auxiliam os jovens a transformar lixo em arte.

Maurício Freire de Araújo, 17 anos, aprendeu: “O lixo e o esgoto devem ser tratados para que não poluam os riachos e não tragam doenças”, diz. A seu lado, Edilânia Nascimento Silva, 25 anos, agente indígena de saúde, que visita 58 famílias, conta que são cada vez mais comuns os casos de diabetes e hipertensão, e se diz feliz vendo os mais novos envolvidos com a saúde. “O agente sempre trabalha sozinho”.

A rotina do agente indígena de saneamento Evandro dos Reis Vital, 28 anos, inclui cuidados no tratamento da água e o controle de pragas. Nascido na capital paulista e morador da aldeia de Mascarenhas, o xukuru sente orgulho em ter voltado a sua terra. Para Evandro, falta empenho da Funasa em valorizar os

agentes de saneamento: “São contratados sem direito a nada”.

Ator no grupo de teatro e liderança jovem de Cimbres, Adilson Henrique, o Bibi, 24 anos, considera a formação em educação e saúde forte aliada da luta política. “Cabe a nós dar continuidade ao processo”. A mentora do projeto de educação em saúde é a pesquisadora Paulette Cavalcanti de Albuquerque, da Fiocruz Pernambuco. As aldeias precisavam de informações sobre saneamento e saúde, o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva queria interiorizar a residência. Ela propôs então aos alunos que trabalhassem com os xukurus: “A ideia é fazer com que as pessoas sejam produtoras de sua saúde”.

A aceitação não foi imediata, mas hoje é geral. “Começamos com oito pessoas; hoje, nem sei quantas estão envolvidas”, diz. Paulette elogia a organização dos xukurus em educação e respeita o conselho: “Tudo o que fazemos precisa da autorização deles”.

Há outros projetos com os xukurus previstos pela Fiocruz Pernambuco. Um deles, avaliação da política de atenção à saúde indígena – a partir do ponto de vista do usuário, do gestor e do profissional de saúde; o outro, inquérito populacional de saúde e nutrição, um “censo demográfico participativo”, conta André Monteiro Costa, chefe do Departamento de Saúde Coletiva. Segundo ele, o estudo verificará aspectos antropométricos, incidência de anemia, hipertensão, alcoolismo e tabagismo, entre outros agravos. “É importante colher estas informações, já que a retomada das terras é recente”.





Cecílio (acima) organiza o toré na homenagem a Xicão, assassinado em frente à escola em 1998; ainda na aldeia 13 de maio, jovens se preparam para a caminhada pelas veredas da serra



# Caminhada com os encantados



Os xukurus costumam dizer que o cacique Xicão está “plantado” na Pedra D’Água, pequeno cemitério na subida da Pedra do Rei do Ororubá, lugar sagrado dos indígenas, refúgio para os poucos rituais nos tempos de terra ocupada. Hoje, é símbolo de resistência, já que foi um dos primeiros territórios retomados. Do alto, avistam-se a imensidão da serra e as planícies tingidas de verde. Em meio à vegetação rasteira florescem os pés da jurema, o arbusto sagrado dos xukurus.

Na manhã de 20 de maio, último dia da assembleia, missa na Pedra D’Água abre as homenagens a Xicão, assassinado 11 anos antes. De lá, todos descem, sob forte temporal, até a aldeia 13 de Maio, de onde sairá a caminhada anual a Pesqueira. A descida, a pé, não é fácil: a lama impede a passagem de veículos pelas estreitas veredas pedra acima.

Quem não foi à missa aguarda ali pela caminhada. Em frente à casa de dona Zenilda, o cacique Marquinhos

supervisiona os detalhes com o irmão Uelson José, o Gordo; outros organizam cavaleiros e motoqueiros, carros e caminhões. Nem a chuva desanima o grupo, que caprichou em adereços e pintura do corpo, retocada cuidadosamente.

Na hora marcada, ignorando o temporal, a saída: a multidão caminha ora em silêncio, ora no compasso do toré — “Pisa ligeiro, pisa ligeiro; quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro” — guerreiros à frente, cavaleiros, motoqueiros, caminhões. Num carro de som, Agnaldo Xukuru explica a Pesqueira o motivo do protesto.

Apesar da multidão, das palavras de ordem, do som das pisadas no asfalto, dos chocalhos a vibrar, o povo na cidade permanece estático. Ninguém aplaude, ninguém vai. “Esta invisibilidade é resultado do conflito histórico e da rejeição da maioria dos moradores da área urbana ao povo xukuru”, resume Edson Hely. A recepção pouco calorosa não desanima a multidão, que atravessa a cidade, nuvens sombrias sobre a ca-

beça. O destino é o bairro Xukuru, onde fica a Escola Estadual João XXIII. Ali Xicão foi assassinado em 1998 e ali é improvisado um palanque na carroceria de um caminhão. A Rua Coronel Leonardo parece mais estreita com os manifestantes. Na fachada da casa em frente à escola, o cartaz com a foto de Xicão lembra o assassinato. Mal chegam, os índios começam a dançar o toré.

Após a celebração, os discursos. Líderes de outras etnias, ativistas de movimentos sociais, representantes de políticos e defensores da causa xukuru se revezam na denúncia do processo de criminalização da etnia. A chuva aperta, ninguém arreda o pé. Falta o cacique falar. E o improvável acontece: as nuvens cinzentas que cobrem Pesqueira desaparecem, como se sopradas para longe pelos encantados de luz. Sob céu azul, o líder agradece a pai Tupã e a mãe Tamain, conclama um “viva” a Xicão e reafirma seu compromisso: “Enquanto o cacique estiver vivo nossa luta continua”. 



CENTENÁRIO DA DESCOBERTA DA  
DOENÇA DE CHAGAS (1909-2009)

# Sanitaristas ao largo

FOTOS: CASA DE OSWALDO CRUZ (COC/FIOCRUZ)

Chagas, de colete e gravata, em São Gabriel da Cachoeira (AM) no Rio Negro, com outros participantes da expedição à Amazônia (fevereiro, 1913)

“O Brasil é um vasto hospital”, bradou o médico Miguel Pereira em solenidade na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Era 1916, plena Primeira República, que os historiadores situam entre 1899 e 1930. Nossos primeiros sanitaristas vinham mapeando cuidadosamente a condição precária da saúde dos brasileiros do interior. Na Europa, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) exterminava meninos em farda: 70 milhões de soldados envolvidos, 15 milhões de mortos. Apesar disso, o conflito estimulava patriotismos equivocados. O deputado Carlos Peixoto, por exemplo, prometeu convocar os sertanejos de Minas para o Exército.

As pesquisadoras Simone Petraglia Kropf e Nísia Trindade Lima, da Casa de Oswaldo Cruz, registram a resposta de Miguel Pereira em texto no site Doença

de Chagas ([www.fiocruz.br/chagas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home](http://www.fiocruz.br/chagas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home)):

“É bem que se organizem milícias, que se armem legiões, que se cerrem fileiras em torno da bandeira, mas melhor seria que se não esquecessem nesse paroxismo do entusiasmo que, fora do Rio ou de S. Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas outras cidades em que a providência superintende a higiene, o Brasil ainda é um vasto hospital. (...) Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; (...) Não carrego as cores ao quadro. É isso sem exagero a nossa população do interior. Uma legião de doentes e de imprestáveis”.

Em outro discurso dias depois, o médico exaltou a descoberta da do-

ença de Chagas e a missão social dos “homens de ciência” que, como Chagas, revelaram a triste realidade dos sertões: um Brasil abandonado, doente, que responderia aos clamores patrióticos com “um exército de sombras”. Chagas viu na fala do colega “magnífico painel de verdades melancólicas”.

Simone e Nísia contam que estes dois discursos de Miguel Pereira, publicados no *Jornal do Commercio* (1916), estão na origem do chamado movimento pelo saneamento do Brasil. Entre 1916 e 1920, médicos, cientistas, intelectuais e políticos lutaram para mostrar que o atraso do país não era consequência do clima tropical ou da composição étnica da população, mas das endemias rurais e do descaso do Estado com as populações do interior. “Tal diagnóstico - fundamentado, sobretudo, nos relatos das viagens de pesquisadores de Manguinhos ao interior, que atualizavam a denúncia de Euclides da Cunha quanto ao isola-



São Felipe (AM):  
uma das escalas  
da expedição  
(novembro, 1912)

mento e ao abandono que marcavam os sertões do país — contrapunha-se à visão idílica do ambiente rural e de seus habitantes propugnada pela literatura romântica e mesmo pelo discurso médico”, escrevem as autoras.

O movimento se organizou na Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em 1918 e dirigida por Belisario Penna. Ele e Arthur Neiva apresentaram o mais contundente relatório das expedições ao interior, *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*, publicado nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* de 1916.

O Instituto Oswaldo Cruz promoveu várias viagens. Em agosto de 1912, a crise do extrativismo da borracha amazônica levou o governo a firmar contrato com Oswaldo Cruz para estudo das condições de salubridade no Amazonas. Entre outubro de 1912 e março de 1913, o próprio Carlos Chagas percorreu os rios Solimões, Purus e Negro e seus principais afluentes, acompanhado de Pacheco Leão, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Pedroso, da Diretoria Geral de Saúde Pública, e um fotógrafo.

O grupo visitou seringais e povoados, analisou abastecimento de água e esgoto, moradia, alimentação, trabalho e assistência médica, além de observar as diversas doenças, sobretudo a malária. Reuniu informações sobre as principais epidemias da região, registrou as práticas medicinais, capturou insetos vetores de doenças

e colheu plantas com possível valor medicinal. No laboratório improvisado a bordo da pequena embarcação que lhe servia de transporte, Chagas examinou animais em busca de parasitos e observou ao microscópio amostras colhidas dos ribeirinhos — os resultados foram expostos em outubro de 1913 na Conferência Nacional da Borracha, no Senado Federal, com ênfase na necessidade de medidas sanitárias.

#### ELITES EM XEQUE

As expedições mais importantes, informa o site da Biblioteca Virtual Carlos Chagas (<http://carloschagas.ibict.br/index.html>), foram promovidas entre 1911 e 1913, quando o IOC já estava consolidado como centro de pesquisa. De setembro de 1911 a fevereiro de 1912, Astrogildo Machado e Antônio Martins exploraram os vales dos rios São Francisco e Tocantins como parte dos estudos para o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil entre Pirapora (MG) e Belém do Pará.

Na expedição de 1912, Neiva e Penna passaram nove meses em viagem. Suas observações de caráter sociológico repercutiram com força na imprensa, na universidade e na sociedade em geral. No relatório e em crônicas posteriores, Neiva criticou a mentalidade das elites dirigentes e intelectuais, a falta de ação política, o apego à imitação de ideias e o excesso de retórica bacharelesca.

No mesmo ano, entre março e julho, João Pedro de Albuquerque e José Gomes de Faria percorreram localidades do Ceará e do Piauí. Adolpho

Lutz e Astrogildo Machado desceram o Rio São Francisco, entre Pirapora e Juazeiro da Bahia.

Ao contrário das missões que visavam resultados profiláticos imediatos em áreas restritas, as viagens organizadas por Manguinhos na época fizeram da pesquisa científica em extensas regiões o principal objetivo. Nos relatórios, ilustrados por dezenas de fotografias, os pesquisadores registraram minuciosamente as doenças e as condições de vida das populações interioranas. Surgiu dali um Brasil marcado pelo abandono e pela doença, distante do litoral dito civilizado. Para os críticos do movimento, era um diagnóstico exagerado e antipatriótico. Mas a luta deu frutos: em fins de 1919 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública, do qual Chagas seria o primeiro diretor. ■

Na próxima edição, o simpósio do Centenário da Descoberta da Doença de Chagas.

#### FONTES

♦ “A doença de Chagas e o movimento sanitário da década de 1910”, de Simone Petraglia Kropf e Nísia Trindade Lima [www.fiocruz.br/chagas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=36](http://www.fiocruz.br/chagas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=36)

♦ “A expedição científica à Amazônia”, no tópico *Trajetória* (<http://carloschagas.ibict.br/index.html>)

## SERVIÇO

## EVENTOS

## 2º FÓRUM DE ERROS EM MEDICINA

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) promove o 2º Fórum de Erros em Medicina, nesta edição sob o tema "Aspectos jurídicos". O objetivo do evento é debater as questões técnicas, éticas e políticas que envolvem os eventos adversos e mostrar a visão do Poder Judiciário. Estudo do sanitarista Walter Mendes (Ensp/Fiocruz) em três hospitais de ensino do Rio de Janeiro detectou incidência de 7,6% de eventos adversos: a maioria poderia ter sido prevenida. Essa incidência, atesta a pesquisa, é similar à encontrada em estudos internacionais. As inscrições estarão encerradas no dia 11 de novembro.

Data 14 de novembro de 2009

Local Auditório Moacyr Santos Silva, 8º andar do prédio-sede do Instituto Nacional de Câncer, Praça da Cruz Vermelha, nº 23, Centro, Rio de Janeiro

## Mais informações

Site [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br)

Tel. (21) 2506-6808/6809

## 11º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE MEDICINA SOCIAL



Promovido pela Associação Latino-Americana de Medicina Social (Alames), o evento analisará a saúde na agenda política e social do continente segundo as diferentes perspectivas acadêmicas, políticas e sociais e as dificuldades da medicina social latino-americana nos 25 anos de existência da Alames. Outro objetivo é construir uma agenda para os próximos 25 anos.

Data 17 a 21 de novembro

Local Hotel Tequendama, Bogotá, Colômbia

## Mais informações

Site [www.alames.org](http://www.alames.org)

E-mail [admin@alames.org](mailto:admin@alames.org)

## PUBLICAÇÕES

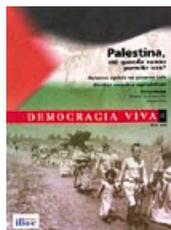
## COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

*A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios* (Editora Pão e Rosas), do jornalista Dênis Moraes, doutor em Comunicação e Cultura, trata da influência da mídia na propagação dos valores do mercado e do consumismo e analisa experiências que se propõem a democratizar os processos comunicacionais. O livro é composto por quatro ensaios: "Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação", "Cultura tecnológica, inovação e mercantilização", "Governos progressistas e políticas de comunicação na América" e "Ativismo em rede: comunicação virtual e contra-hegemonia".



## VIDA PALESTINA

A edição nº 42 de *Democracia Viva*, publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), trata em seu artigo central da situação do povo palestino, cuja luta pelo reconhecimento de sua presença no Oriente Médio se arrasta há mais de seis décadas. A edição traz ainda balanço da 9ª edição do Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2009 na cidade de Belém, e dois debates atuais, um sobre reforma agrária e outro sobre aborto, além de duas entrevistas com histórias de vida: Manoel da Conceição, líder rural que há mais de 40 anos ousou enfrentar as oligarquias do Nordeste, e Itamar Silva, líder comunitário do Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, que dedica seus esforços à luta pelo direito à cidade e à cidadania dos moradores das favelas cariocas.



## INOVAÇÃO E ACESSO

*Medicamentos no Brasil: inovação e acesso*, organizado por Paulo Marchiori Buss, José da Rocha Carneiro

e Carmen Phang Romero Casas (Editora Fiocruz), é prefaciado pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e faz parte de um esforço editorial do Projeto Inovação em Saúde da Presidência da Fiocruz, iniciado em 2002. A publicação reúne artigos inéditos sobre as dimensões científica, técnica, política e acadêmica do setor farmacêutico brasileiro, em torno de dois eixos fundamentais e ao mesmo tempo polêmicos: inovação e acesso.



## AVALIAÇÃO EM SAÚDE

*Meta-avaliação da atenção básica à saúde: teoria e prática*, organizado por Zulmira Maria de Araújo Hartz, Eronildo Felisberto e Ligia Maria Vieira da Silva (Editora Fiocruz), foi produzido a partir das pesquisas avaliativas dos Estudos de Linha de Base do Projeto de Expansão e Consolidação do Saúde da Família (Elbs), realizados entre 2005 e 2007 no país. A publicação está dividida em três partes: qualificando as avaliações, com foco nos objetivos, princípios éticos e profissionais que justificaram a necessidade de uma meta-avaliação dos Elbs; experiências dos estudos de linha de base, que integram os nove capítulos desse bloco; e foco na institucionalização da avaliação, cujo objetivo é o uso do conhecimento gerado nas pesquisas avaliativas. ■



## Editora Fiocruz

Av. Brasil, 4.036, sala 112, Manguinhos, Rio de Janeiro CEP 21040-361

Tel. (21) 3882-9039 e 3882-9006

E-mail [editora@fiocruz.br](mailto:editora@fiocruz.br)

Site [www.fiocruz.br/editora](http://www.fiocruz.br/editora)

## Editora Pão e Rosas

Tel. (21) 3717-2127

E-mail [editorial@paoerosas.com.br](mailto:editorial@paoerosas.com.br)

Site [www.paerosas.com.br](http://www.paerosas.com.br)

# O reencantamento da cartografia

Aurélio Vianna Jr\*

A evolução da cartografia ocidental é parte de um movimento mais geral de “desencantamento do mundo”, conceito weberiano de análise do processo de modernização que levaria à diferenciação técnica, à racionalização dos “domínios essenciais à vida humana” – direito, religião, ciência, política, economia e arte. A partir da segunda metade do século XX, os avanços da aerofotogrametria, e, na década de 1970, das Tecnologias de Informação Espacial e dos Sistemas de Informação Cartográfica, seguidos pela popularização do Sistema de Posicionamento Global (GPS, Global Positioning System), reforçam essa tendência de “objetivação” dos mapas em seus diferentes usos.

As experiências de mapeamento participativo no Brasil parecem seguir essa evolução e trabalham com delimitação de territórios/territorialidades identitárias. A elaboração de mapas nesses contextos pressupõe a “racionalização técnico-científica” e a “objetividade”, uma vez que são utilizados pelas agências governamentais nas políticas públicas.

As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e as comunidades usam esses mapas para melhor encaminhar suas demandas: na criação de reservas extrativistas é necessário que a população tradicional encaminhe ao Instituto Chico Mendes solicitação formal, que deve incluir a área pretendida. Assim, se essa área estiver devidamente descrita em mapa, melhor para o bom

andamento dos procedimentos administrativos. Na reforma agrária, cada projeto de assentamento deve contar com um Plano de Desenvolvimento do Assentamento. O PDA tem como um de seus componentes obrigatórios a “organização espacial”.

A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) de Altamira (PA), criada pelo Movimento de Defesa da Transamazônica e do Xingu, instalou em 2004 um laboratório de georreferenciamento em sua sede, usando práticas de mapeamento participativo em procedimentos de demarcação de Unidades de Conservação, elaboração de Planos de Uso e Planos Diretores Municipais. Objetivo: formatar as demandas das comunidades em linguagem cartográfica para que obtenham benefícios garantidos pela legislação. Um exemplo é o Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio (Altamira) e da reserva extrativista Verde para Sempre (Porto de Moz).

Outra forma de mapeamento, os “automapeamentos” são também classificados como participativos: elaboração de mapas nativos ou indígenas, decorrentes de releituras de pinturas ou peças de artes visuais por pesquisadores que consideram sua funcionalidade e empregabilidade para as comunidades. A maioria descreve o firmamento relacionado a paisagem terrestre, à história e mitologia de um povo.

Universidades ou ONGs, a partir de oficinas e em contextos de disputas políticas de afirmação identitária – não somente indígena – e territorial, capacitam lideranças locais em mapeamento e utilização de GPS. Combinam elementos simbólicos e iconográficos com a moderna tecnologia de informação geográfica e, assim, produzem os mapas. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia ([www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com)) é a mais ampla articulação de experiências dessa natureza, tendo produzido fascículos com mapas, livros e vídeos. Seu objetivo:

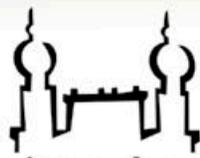
mapear esforços mobilizatórios com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades.

O PNCSA mapeia, basicamente, situações de “reconfiguração étnica” e “afirmação identitária”, em que a própria delimitação de grupo ou comunidade é um processo simbólico. As comunidades são os sujeitos dos mapeamentos e identificam-se, por exemplo, como Quilombolas da Ilha do Marajó, Mulheres do Arumã do Baixo Rio Negro, Ribeirinhos e Artesãos do Rio Japeri, Povos dos Faxinais, Cipozeiros de Garuva. Comunidades que buscam se fazer ver e se reconhecer em contexto de disputas simbólicas e políticas.

Nesse projeto, a elaboração de mapas realça o equilíbrio entre a “representação icônica”, como um signo que estabelece semelhança (ou analogia) com o objeto que busca representar, e a “representação simbólica”, que guarda na arbitrariedade a relação com o que representa, com a utilização de letras, números ou sinais gráficos. Assim, uma cruz pode representar um “cemitério” em um mapa ou “ameaça de morte” em outro. O desenho de um boi, um “conflito com o agronegócio” ou apenas uma “fazenda”. O significado do ícone é atribuído pela comunidade e lido pelos outros a partir de seu índice e de suas legendas. Um guia de leitura da realidade local.

Dessa maneira são mostradas, em um mapa, as “formas de violência”, como “ameaça contra liderança”, “lesão corporal”, “tentativa de homicídio”, “homicídio”, “casa queimada”, “dano à criação”, “roubo de criação” e “pistolagem”. As comunidades dão visibilidade a si mesmas e a seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas políticas territoriais. A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade. Nesse sentido, os “mapas são territórios”, e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas. 

\*Doutor em Antropologia Social, Oficial de Programa da Fundação Ford no Brasil desde 2004; adaptação de texto publicado no *Le Monde Diplomatique*, junho/2009 (baixe a íntegra em pdf, com notas e referências, em [www4.ensp.fiocruz.br/radis/84/pdf/web-01\\_cartograafia.pdf](http://www4.ensp.fiocruz.br/radis/84/pdf/web-01_cartograafia.pdf))



# Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

Ciência a serviço da saúde da população nordestina



Foto: Fabíola Távares/ Ascom Fiocruz PE

O Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), a Fiocruz Pernambuco, produz conhecimentos científicos em saúde e desenvolve tecnologias. Presta serviços de referência, forma profissionais para o SUS, pesquisadores e docentes em saúde pública. O seu objetivo é contribuir para a melhoria das condições socio sanitárias e a redução das desigualdades na região Nordeste.

**Visite o site: [www.cpqam.fiocruz.br](http://www.cpqam.fiocruz.br)**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães



Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM) – Fiocruz Pernambuco  
Av. Professor Moraes Rego, s/n - Cidade Universitária – Campus da UFPE  
Recife - PE - CEP: 50.670-420  
Telefone: (81) 2101-2500/2101-2600